



## **Assembleia Municipal de Mação**

### **Acta N.º 11 - 2013/2017**

**Data da Sessão :** 30 de Junho de 2015

**Início da sessão:** 17:30 horas

**Términus da Sessão:** 20:00 horas

**A respectiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente acta.**

**Membros da Assembleia Municipal de Mação presentes na sessão:**

José Manuel Saldanha Rocha, Manuel Marques Dias, Duarte Filipe B. Matos, José António dos Santos Almeida, Vítor Manuel Machado Gonçalves, Manuel Augusto da Silva Vacas, Maria Manuela Mata Marques, José Casimiro Gonçalves Pereira, José Maia Marques, António Manuel Poeiras Ludovino, António Cardoso Lopes, João de Matos Filipe, António Vicente Alves Reis, Célia Maria Mendes Rodrigues, Manuel Luis Matos Cristovão, Luís Filipe Aparício Lopes, Carlos Alberto Farinha Leitão, Nuno Gonçalo Silva Bragança, Joaquim da Silva, João Manuel da Rosa Ferreira, José Fernando Mendes Martins.

**Faltas Justificadas:** Pedro Manuel Marques Jana e António Manuel Tavares Martins

**Responsável pela elaboração da acta:**

**Nome:** Maria Manuela Martins Filipe

**Cargo:** Assistente Técnico

## **Assembleia Municipal de Mação**

**Acta n.º 11 - 2013/2017  
30 de Junho de 2015**

### **-----INICIO-----**

--- Aos trinta dias do mês de Junho de dois mil e quinze, pelas dezassete horas e trinta minutos, reuniu, em sessão ordinária, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Mação, a Assembleia Municipal do Concelho de Mação, com a seguinte Ordem de Trabalhos: ----

- 1) Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nº 2 do artº 25 da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.**
- 2) Discussão e votação de projecto de Regulamento Municipal de Apoio às Associações do Concelho de Mação.**
- 3) Discussão e votação de Contratação de Empréstimo, a longo prazo, até ao valor de 2.000.000,00€, destinado a financiamento da obra de requalificação da entrada sul da Vila de Mação, requalificação da rede viária do concelho de Mação e reabilitação de edifícios municipais.**
- 4) Discussão e votação de proposta de reconhecimento de Interesse Público Municipal para regularização de instalações (req. nº 3197).**
- 5) Discussão e votação de proposta de reconhecimento de Interesse Público Municipal para regularização de instalações (req. nº 3893).**
- 6) Discussão e votação de proposta de alteração de traçado de caminho público.**

--- Nesta sessão faltaram os vogais Pedro Manuel Marques Jana e António Manuel Tavares Martins, que justificaram as suas faltas em devido tempo tendo os mesmos sido substituídos respectivamente pelos vogais José Casimiro Gonçalves Pereira e Manuel Luis Cristovão.

### **-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----**

--- O Sr. Presidente da Mesa iniciou os trabalhos colocando à discussão a acta nº 10 – 2013/2017, referente à sessão ordinária de Abril de 2015 que, seguidamente foi colocada à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Informou não haver correspondência recebida, pelo que passou a palavra ao vogal João Filipe que apresentou a seguinte Moção sobre o Rio Tejo:

“ Trata-se de um rio internacional, o maior da Península Ibérica, com 1007 km de extensão e 81000 km<sup>2</sup> de bacia, cerca de 30% portuguesa e percorre 212km em território Nacional, até desaguar no Atlântico.

Com inquestionável e milenar importância geográfica, geopolítica, estratégica, económica e social, o rio tem de merecer de todos, desde os simples cidadãos, aos responsáveis político/administrativos ligados a Entidades da Administração Central, das Autarquias ou dos serviços desconcentrados do Estado e, acima de quaisquer outros, dos empresários que dele se servem directa ou indirectamente para desenvolver as suas actividades económicas, o maior respeito e os esforços necessários à reposição do Tejo, como rio com água e esta com a devida qualidade.

Vem tudo isto a propósito do modo como o rio tem vindo a ser maltratado e como tardam a ser implementadas as adequadas medidas correctivas.

No decurso dos últimos anos, a opinião pública e as entidades responsáveis pela gestão hídrica têm vindo a ser alertadas para as consecutivas agressões a que o rio Tejo tem sido sujeito, como sejam:

- a intensa poluição que tem provocado a morte de muitos milhares de peixes, algo que se vê, pois muitas outras espécies cujo habitat é o rio, também vão morrendo e estão, por menos resistentes, em vias de extinção;
- a inconstância dos caudais que, muito frequentemente, deixa o rio sem água e aqui a expressão “sem água” inclui a possibilidade de, por várias horas, ser possível “passear”, de margem a margem, pelo leito do rio, sem molhar os pés;
- a tudo isto acresce o facto de, há uns anos, ser sido construído em Abrantes, um açude insuflável, sem que os responsáveis – governamentais e locais – à época, tivessem a visão técnica e prospectiva capaz de perceberem os erros de concepção que aquele equipamento contém, muito em particular naquilo que afeta a conectividade do rio e nessa perspectiva à arribação das espécies piscícolas.

Efectivamente, a passagem para peixes ali instalada não oferece as condições adequadas à livre circulação do peixe, situação que se agrava com a inconstância dos caudais.

Ora, se a poluição e a inconstância dos caudais, pelo que sabemos, já está a merecer a devida atenção por parte da APA – Agência Portuguesa do Ambiente, enquanto entidade responsável pela gestão hídrica do Tejo e porque é imprescindível dar resposta às insuficiências técnicas do açude insuflável de Abrantes, os eleitos da Assembleia Municipal de Mação solicitam ao Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e

Energia (MAOTE) que, nomeadamente através da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), faça por dinamizar um conjunto de vontades – políticas e financeiras – que a nível do Governo Central (MAOTE/APA) e Autarquias Locais (Câmara Municipal de Abrantes e Mação) e com recurso ao Quadro Comunitário Portugal 2020, no mais curto espaço de tempo possível concebam e executem, projecto de passagem para peixes (PPPeixes) como o executado, com tão bons resultados, em Coimbra, pelo MAOTE, como solução para este obstáculo, em Abrantes, que está a afastar do rio Tejo as espécies de peixe marítimas que a ele acedem para a natural reprodução, dado que por força daquele não conseguem alcançar as zonas nobres de desova.

A ser executado tal projecto, assegura-se a reprodução das espécies, ao mesmo tempo que se promove a sustentabilidade da pesca profissional dirigida à lampreia-marinha, à tainha, à saboga ou sável do Tejo e se dinamiza as economias ligadas ao turismo e à gastronomia.”

O Sr. Presidente da Mesa coloca à votação a admissão da Moção apresentada, tendo a mesma sido admitida por unanimidade.

Em seguida coloca a referida Moção à discussão.

--- O vogal Duarte Marques intervém para referir que a bancada dos eleitos do PSD nesta Assembleia concorda inteiramente com o exposto na Moção apresentada pelo vogal João Filipe e subscreve-a pois a mesma resume perfeitamente o que se passa e o que deve ser feito no futuro relativamente aos problemas do rio Tejo.

Em seguida foi colocada à votação a Moção apresentada, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

--- O vogal António Reis inicia a sua intervenção referindo que passou há alguns dias na estrada da Louriceira e verificou que a mesma se encontra em péssimo estado de conservação. Questiona se, no âmbito do empréstimo a contrair, estará prevista alguma intervenção naquela estrada.

Continua a sua intervenção referindo que teve conhecimento que vai haver um Mação uma acção de formação sobre a aplicação de fitofármacos e sobre esta temática refere que, na sua opinião, são ainda necessárias mais restrições e acções disciplinadoras e pedagógicas para o uso destes produtos. Verifica que a aplicação destes produtos é feita em dias quentes e frios, com vento ou sem ele, de manhã ou à tarde, seja público ou privado, entrando pelas janelas das habitações e atingindo roupa estendida nas mesmas. Considera que este procedimento não está correto e por isso espera que esta formação ensine muito mais do que aquilo que agora se passa na aplicação daqueles

produtos e que seja mesmo feita uma sensibilização para que se deixe de utilizar estes produtos.

Relativamente à temática do rio Tejo refere que o mesmo necessita de uma intervenção imediata com a aplicação das leis que existem e deixa um apelo a quem possa ter influência para que se faça aplicar a lei. Concorda com todos os projectos e acções realizadas sobre este assunto pois considera que tudo o que se fizer de positivo para resolver este problema é bem - vindo.

--- O vogal José António Almeida intervém para informar que o Agrupamento de Escolas Verde Horizonte de Mação recebeu, há poucos dias, o prémio na categoria de Educação, numa iniciativa promovida pelo jornal Novo Almourol. Mais informa que, na qualidade de responsável do Agrupamento sentiu um orgulho enorme nesta distinção pois foi reconhecida a criatividade e a qualidade com que se trabalha no Agrupamento e considera que este foi um prémio a toda a comunidade maçaense.

Em seguida apresentou um voto de pesar pelo falecimento do pai do Sr. Vereador Nuno Neto, deixando-lhe um abraço solidário em nome dos eleitos do PSD, neste momento difícil que o mesmo está a passar.

--- O vogal José Fernando Martins inicia a sua intervenção agradecendo à Câmara Municipal de Mação todo o apoio que foi prestado na concretização do projecto da Unidade de Saúde de Penhascoso. Continua a sua intervenção felicitando a Câmara pelas intervenções que estão a ser realizadas nos fontanários de Penhascoso, nomeadamente na Fonte Velha, que estava abandonada e em franca degradação e que está neste momento a ser recuperada, o que considera ser uma iniciativa louvável da Câmara.

Continua a sua intervenção questionando a Câmara, relativamente a algumas urbanizações de Mação nas quais os lotes se encontram cheios de mato, se a mesma tem algum instrumento legal para obrigar os proprietários a manterem os lotes limpos e não em perigo em caso de incêndio.

Mais refere que existem alguns postes de iluminação pública em alguns loteamentos que não têm casas e questiona se os mesmos não poderiam ser retirados.

Termina a sua intervenção deixando um apelo à Câmara para que se faça um esforço na limpeza das bermas das vias municipais pois a vegetação que cresce nas bermas das vias municipais provoca alguns constrangimentos no trânsito que nelas circula.

--- O vogal Duarte Marques intervém para referir que, relativamente à problemática do Tejo, se deve prestar homenagem ao vogal João Filipe pelo seu altruísmo e capacidade

de conciliação que teve neste processo, por já ter avisado há vários meses, nesta Assembleia, sobre o problema que agora foi despoletado, por ter sido um parceiro de todos os técnicos e pessoas preocupadas com o Tejo que se deslocaram ao nosso concelho e acima de tudo por ser um exemplo de cidadania que coloca sempre os interesses da sua terra acima de qualquer interesse partidário.

Termina a sua intervenção questionando a Câmara sobre a questão do encerramento de mais serviços públicos em Mação, nomeadamente do serviço de Finanças e da Segurança Social sobre os quais se tem ouvido alguns rumores. Solicita informação também sobre os novos serviços do Espaço do Cidadão que vêm para Mação e como é que vai ser aproveitado o espaço do edifício do tribunal que está subaproveitado.

--- O vogal António Cardoso Lopes intervém para apresentar um voto de pesar pelo falecimento do pai do Sr. Vereador Nuno Neto, no passado dia 18, e que do mesmo fosse dado conhecimento ao Sr. Vereador Nuno Neto.

--- O Sr. Presidente da Câmara inicia a sua intervenção referindo que, relativamente à questão do vogal António Reis sobre a estrada da Louriceira, é intenção da Câmara fazer uma intervenção na referida estrada ainda durante este ano e a mesma não dependerá da aprovação do empréstimo referido. Mais refere que a necessidade desta intervenção é por todos reconhecida pois esta será seguramente a pior estrada do concelho de Mação.

Relativamente à nova legislação sobre a aplicação de fitofármacos a Câmara estabeleceu um teto de apoio para a formação, para que os munícipes do nosso concelho possam usufruir da referida formação sendo apoiados pela Câmara e tentando também aumentar o número de formandos para que seja possível baixar o custo da referida formação. Em relação à aplicação destes produtos por parte da Câmara, reconhece que alguns procedimentos poderão não estar muito correctos pois algumas pessoas poderão não estar devidamente habilitadas e daí também a importância desta formação. Regista a preocupação do vogal António Reis relativamente a esta questão, que faz todo o sentido e que muitas vezes já foi também referida por alguns munícipes.

No que diz respeito à iniciativa levada a efeito no Tejo, informa que esteve presente pois foi convidado enquanto Presidente da Câmara e refere que estaria presente se fosse convidado para outras iniciativas do género. Concorda que as leis devem ser aplicadas e que deveriam ter sido aplicadas há muitos anos e se isso tivesse sido feito, talvez muitos problemas que se verificam hoje, poderiam ter sido evitados.

Relativamente à intervenção do vogal José António Almeida, associa-se à congratulação pelo prémio Educação, conquistado pelo Agrupamento de Escolas Verde Horizonte pois mais uma vez foi distinguido a nível regional. Mais informou que foi convidado e esteve presente na entrega dos prémios e foi com muito orgulho que entregou o mesmo.

Associa-se, em nome do executivo camarário ao voto de pesar pelo falecimento do pai do Sr. Vereador Nuno Neto, apresentado pelas duas bancadas desta Assembleia.

Em relação à intervenção do vogal José Fernando Martins, refere que registou os agradecimentos apresentados, informando que a Câmara cumpriu aquilo que acordou com a União de Freguesias na intervenção da Unidade de Saúde de Penhascoso como já tinha feito com a anterior Junta de Freguesia de Penhascoso relativamente ao muro do cemitério de Penhascoso.

Relativamente às urbanizações, no que diz respeito à urbanização dos Atoleiros, existe um problema de legalização dos terrenos que só agora está praticamente resolvido e somente depois poderão ser cedidos os lotes aos proprietários, conforme foi compromisso assumido pela Câmara há muitos anos. A Câmara poderá notificar os proprietários para fazerem as limpezas dos seus lotes, sendo certo que está numa posição de alguma desvantagem pois a Câmara deveria ter feito as coisas mais atempadamente mas isso não invalida que não se faça. Em relação às outras urbanizações informa que, em anos anteriores, foram feitas notificações para limpeza dos lotes e foram até aplicadas multas a alguns proprietários que não procederam em conformidade. Relativamente à iluminação pública informa que nos Atoleiros não há nem nunca houve iluminação pública e nas outras urbanizações existe iluminação pois vivem lá pessoas. Mais refere que poder-se-á discutir se serão mais que os necessários, mas essa discussão é válida para todo o concelho.

No que diz respeito à limpeza das bermas das vias municipais refere que a Câmara está a fazer um esforço nesse sentido mas todos sabemos das dificuldades nesta matéria.

Relativamente à questão do vogal Duarte Marques informa que o serviço de finanças passará a funcionar no edifício do Palácio da Justiça, no espaço anteriormente ocupado pelo Cartório Notarial. Mais informou que, no espaço disponível naquele edifício não há possibilidade, nos próximos tempos de ir para lá mais nenhum serviço público. Poderia haver a possibilidade do novo Espaço do Cidadão funcionar lá, pois o serviço funciona na Câmara mas já não cumpre os requisitos a nível de espaço, mas não é possível essa transferência do serviço pois o primeiro andar era ocupado pelos serviços do Tribunal e não há intenção por parte do Instituto de Gestão Financeira e Patrimonial do Ministério

da Justiça de disponibilizar aquele espaço, o que a Câmara considera correto pois se aquele espaço fosse ocupado significaria a “morte” definitiva da esperança de poder voltar a ter tribunal em Mação, o que é o mais provável mas que a Câmara não deve contribuir. Informou ainda que o Serviço Social continuará a funcionar no mesmo local e o que a Câmara vai ter de decidir rapidamente é onde instalar o Espaço do Cidadão pois as instalações da Câmara já não são adequadas pois são prestados cada vez mais serviços naquele Espaço. Foi ainda decidido pelo Governo criar uma Loja do Cidadão em Cardigos e a Junta de Freguesia está a procurar um espaço adequado para o funcionamento da mesma.

O Sr. Vereador António Louro intervém para informar que, fruto das alterações legais que aconteceram com os aplicadores dos fitofármacos e com as exigências que vão entrar em vigor, este ano a Câmara fez uma deficiente aplicação de herbicidas o que fez que, por todo o concelho não se tenha feito corte de vegetação nem tratamento à excepção da freguesia de Carvoeiro e de uma parte da freguesia de Envendos. Assim, terá de ser feito este ano controle mecânico, coisa que já não se fazia há vários anos e que está atrasado pois o trator teve uma avaria e esteve parado bastante tempo.

Mais refere que esta questão dos herbicidas leva-nos a uma discussão que está crescente no momento que é a sua não utilização ou a sua utilização por parte dos municípios. Considera que, apesar dos riscos, se forem tomadas as devidas medidas de segurança na aplicação, deveria continuar-se a utilizar os herbicidas mas existem municípios que não utilizam e esta é uma discussão que já ultrapassou até as fronteiras do país, sendo neste momento uma discussão europeia. Lembra que Mação tem 600km de bermas que necessitam de ser intervencionados todos os anos e considera que, neste momento nem a Câmara nem as Juntas de Freguesia estão dotados de meios humanos e financeiros para conseguirem fazer esta intervenção somente com meios mecânicos.

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

---Já no período da Ordem do Dia, o Sr Presidente da Mesa coloca à discussão o ponto 1) da Ordem de Trabalhos: **1) Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nº 2 do artº 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro.**

O Sr. Presidente da Mesa deu conhecimento também da lista de reclamações e processos judiciais em curso, litígios arquivados ou pendentes da Câmara Municipal de Mação. Foi também dado conhecimento da listagem de ordens de pagamento e facturas



para pagamento, bem como da listagem de compromissos plurianuais assumidos e a assumir durante o ano de 2015 e com repercussão em 2016 e seguintes.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 2) da Ordem de Trabalhos: **2) Discussão e votação de projecto de Regulamento Municipal de Apoio às Associações do Concelho de Mação.**

O Sr. Presidente da Câmara intervém para referir que este Regulamento foi aprovado por unanimidade em reunião de Câmara. Mais refere que este terá sido o regulamento mais discutido de todos e deixa o seu agradecimento aos Srs Vereadores do Partido Socialista, nomeadamente ao Dr. Nuno Neto pois, em bom rigor, esta proposta de regulamento foi mais da sua autoria que do executivo. Mais informou que esta proposta de regulamento já foi discutida com as associações e delas tem contributos, bem como já teve o seu período de discussão pública. Considera que é um regulamento claro e objectivo, sem ser perfeito como é obvio, mas com o qual ficamos todos defendidos, quer a Câmara que tem de prestar contas a outras entidades, quer as próprias associações que sabem claramente com aquilo que podem contar.

--- O vogal António Cardoso Lopes intervém para referir que considera este um bom regulamento e a bancada do PS vai votar o mesmo favoravelmente.

Em seguida foi colocado à votação, o ponto 2) da Ordem de Trabalhos foi aprovado por unanimidade.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 3) da Ordem de Trabalhos: **3) Discussão e votação de Contratação de Empréstimo, a longo prazo, até ao valor de 2.000.000,00€, destinado a financiamento da obra de requalificação da entrada sul da Vila de Mação, requalificação da rede viária do concelho de Mação e reabilitação de edifícios municipais.**

O Sr. Presidente da Câmara solicita autorização para a contratação de empréstimo, a longo prazo, num montante até 2.000.000,00€, com um período de utilização de 24 meses, carência de capital de 24 meses e periodicidade de pagamentos mensal e informa que o mesmo se destina à obra de requalificação do acesso sul da vila de Mação, à reabilitação de edifícios municipais, nomeadamente as instalações do antigo Quartel dos Bombeiros Voluntários de Mação e à requalificação da rede viária Municipal, nomeadamente a estrada municipal nº 548, entre Aboboreira e Pereiro, a estrada municipal nº 551, entre Maxieira e Venda Nova e a estrada municipal nº 1287, entre Avessada e Envendos, obras que considera serem necessárias no concelho e para os quais não teremos, a breve prazo, fundos comunitários disponíveis. Mais informou que

foram pedidas propostas a quatro bancos e pelos dados que nos foram fornecidos pelas entidades bancárias, a Caixa de Crédito Agrícola é a instituição bancária que melhores condições oferece pelo que se propõe que o empréstimo, se o mesmo for autorizado, seja contratualizado com a Caixa de Crédito Agrícola Mutuo da Zona do Pinhal.

--- O vogal António Reis intervém para referir que, considerando a necessidade das obras mencionadas, a bancada do Partido Socialista aprova a contratação do empréstimo conforme proposta apresentada.

Colocado à votação, o ponto 3) da Ordem de Trabalhos foi aprovado por unanimidade.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 4) da Ordem de Trabalhos: **4) Discussão e votação de proposta de reconhecimento de Interesse Público Municipal para regularização de instalações (req. nº 3197).**

--- O Sr. Presidente intervém para referir que está a decorrer, por iniciativa do governo, do Decreto-Lei nº 175/2014, um prazo para regularização de situações que estejam em desconformidade com os instrumentos do ordenamento do território, para a sua legalização. Mais refere que, da parte da Câmara há todo o interesse que todas estas situações sejam devidamente legalizadas, desde que haja também concordância das entidades superiores. Informou que, face à informação dos serviços técnicos que fica arquivada junto aos requerimentos e aos documentos desta sessão, há possibilidade desta situação ser legalizada pelo que a Câmara propõe que a Assembleia Municipal reconheça o Interesse Público Municipal para regularização destas instalações.

--- O vogal António Cardoso Lopes refere que a bancada do PS vai votar favoravelmente mas deixa o alerta para a fundamentação dos serviços técnicos que não está muito bem fundamentado o interesse público, conforme está expresso no referido Decreto-Lei.

Colocado à votação, o ponto 4) da Ordem de Trabalhos foi aprovado por unanimidade.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 5) da Ordem de Trabalhos: **5) Discussão e votação de proposta de reconhecimento de Interesse Público Municipal para regularização de instalações (req. nº 3893).**

O Sr. Presidente da Mesa refere que esta situação é idêntica à anterior pelo que vai ser colocado à votação.

Colocado à votação, o ponto 5) da Ordem de Trabalhos foi aprovado por unanimidade.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 6) da Ordem de Trabalhos: **6) Discussão e votação de proposta de alteração de traçado de caminho público.**

O Sr. Vereador António Louro intervém para informar que esta proposta é uma mera alteração de um estradão que o proprietário do terreno, onde o mesmo passa, propõe ser desviado para o extremo da propriedade, uma vez que agora lhe divide o terreno ao meio. Mais informa que esta situação não apresenta qualquer inconveniente e não teve qualquer objeção por parte de nenhum vizinho ou utilizador do referido caminho pelo que considera ser de aprovar a proposta apresentada e que fica anexa aos documentos desta sessão.

--- O vogal António Cardoso Lopes considera que esta proposta está pouco fundamentada, pois alterações de caminhos públicos são situações delicadas pois poderá haver pessoas que não concordem com o novo traçado. Considera ainda que a proposta deveria vir acompanhada de uma informação dos serviços técnicos onde ficasse expresso que o traçado futuro não ficará com características geométricas inferiores ao anterior. Mais considera que deveria também ser presente um documento escrito do proprietário contíguo no qual o mesmo afirmasse não se opor à alteração do caminho, bem como divulgação pública da intenção de alteração para se saber a opinião dos moradores e proprietários vizinhos.

Nesta perspetiva, informa que a bancada do PS se vai abster na votação.

Colocado à votação, o ponto 5) da Ordem de Trabalhos foi aprovado por maioria com nove abstenções.

--- E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Mesa dá por encerrada a sessão e desta foi lavrada a presente acta que vai ser assinada na forma legal.